

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008.

R\$1,00

| DESPESA DE PESSOAL   | SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009 |  |
|--|-----------------------------|--|
|  | LIQUIDADAS<br>(a)           | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS<br>(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )  | 1.956.074.292,34            | 12.147,29  |
| Pessoal Ativo  | 1.426.787.199,69            |  |
| Pessoal Inativo e Pensionistas   | 529.224.892,05              |  |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF) | 62.200,60                   | 12.147,29  |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) ( II )                                       | 466.311.453,50              |  |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias                               | 0,00                        |  |
| Decorrentes de Decisões Judiciais  | 0,00                        |  |
| Despesas de Exercícios Anteriores  | 168.422.637,34              |  |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)  | 296.917.965,05              |  |
| Despesas de Caráter Indenizatório (2)  | 970.851,11                  |  |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )   | 1.489.762.838,84            | 12.147,29  |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b )                                     |                             | 1.489.774.986,13                                   |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL                                | VALOR             |
|--|-------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)                                     | 28.653.853.644,21 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100 | 5,20              |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%            | 1.693.442.750,37  |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,6145%                  | 1.608.770.612,85  |

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Contribuição para Regime Próprio de Previdência Social (segurado e patronal), consoante disposto no art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:  
 3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 970.851,01

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Ildelfonso de Lemos Júnior, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária, em exercício e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008.  
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

| DESPESA DE PESSOAL   | SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009 |   |
|--|-----------------------------|---|
|  | LIQUIDADAS<br>(a)           | INSCRITAS EM<br>RESTOS A PAGAR<br>NÃO<br>PROCESSADOS<br>(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )  | 1.956.074.292,34            | 12.147,29   |
| Pessoal Ativo  | 1.426.787.199,69            |   |
| Pessoal Inativo e Pensionistas   | 529.224.892,05              |   |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF) | 62.200,60                   | 12.147,29   |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) ( II )                                       | 618.348.413,41              |   |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias                               | 0,00                        |   |
| Decorrentes de Decisões Judiciais  | 0,00                        |   |
| Despesas de Exercícios Anteriores (1)  | 88.152.670,25               |   |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)  | 529.224.892,05              |   |
| Despesas de Caráter Indenizatório (3)  | 970.851,11                  |   |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )   | 1.337.725.878,93            | 12.147,29   |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b )                                     |                             | 1.337.738.026,22  |
| <b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>   |                             |   |
|  | <b>VALOR</b>                |   |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)   | 28.653.853.644,21           |   |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100                       | 4,67                        |   |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%                                  | 1.693.442.750,37            |   |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%   | 1.608.770.612,85            |   |

Fonte: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Despesa com Pessoal Ativo;

(2) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(3) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 970.851,01

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Ildefonso de Lemos Júnior, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária, em exercício e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.